



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002273-84.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento- COEDE

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de empresa especializada - Disponibilização de plataforma para o mapeamento DISC de perfil e cargos dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral Rondônia.

DESPACHO Nº 1549 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento- COEDE ([1089095](#)), visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviço à plataforma para o mapeamento DISC de perfil e cargos dos servidores, compreendendo 500 (quinhentos) mapeamentos de perfis gerenciais e 200 (duzentos) mapeamentos de cargos, correspondentes a quantidade de 58.000 créditos, moeda digital, que dá acessos às ferramentas e módulos disponíveis, a ser iniciada no mês de dezembro de 2023, com contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD (evento [1089104](#)).

A unidade demandante elaborou o Documento de Formalização da Demanda - DFD (que define os contornos gerais da contratação com inexigibilidade de licitação - evento [1089104](#)), a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado ([1089505](#)) e o Termo de Referência n. 6/2023-COEDE ([1093829](#)).

O objeto da contratação encontra-se descrito no Termo de Referência n. 6/2023-COEDE ([1093829](#)) e o valor a ser contratado foi dimensionado, inicialmente, em R\$ 51.852,00 (cinquenta e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais), conforme item 11 do referido Termo de Referência.

Para instruir o feito, juntou-se aos autos também a proposta elaborada pela empresa COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA. - CNPJ n. 22.307.713/0001-35 ([1089486](#)), a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regularidade fiscal com o FGTS, Receita Federal, Justiça do Trabalho e CNJ (juntados nos eventos [1089578](#) e [1094994](#)), demonstrando estar apta para contratar com a administração pública.

A SGP encaminhou os autos à SAOFC, para análise do Termo de Referência, conforme evento [1090072](#).

Em atendimento ao Despacho nº 2895/2023-GABSAOFC ([1090276](#)), a COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 51.852,00 ([1094062](#)), para custear o valor total da despesa.

Após a análise inicial, a Seção de Apoio às Contratações - SAC, unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência, verificou que a FASE DE PLANEJAMENTO, constituída pelo DOCUMENTO FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD), evento [1089104](#); pela PESQUISA DE PREÇOS - ICVEC (evento [1089505](#)); e pelo TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 6/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE (evento [1093829](#)), complementado pela proposta atualizada juntada no evento [1089486](#), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 74, inciso I, da Lei 14.133/2021, para contratação direta por inexigibilidade de licitação ([1093968](#)).

A SECONT juntou aos autos a minuta de contrato (evento [1096388](#)), remetendo à AJSAOFC para análise ([1096389](#)).

Em atendimento à Solicitação de Diligência-AJSAOFC ([1097383](#)), a COEDE instruiu os autos com a Informação n. 96/2023 ([1097482](#)), reportando que o serviço a ser contratado se enquadra como serviço contínuo, amparado pelo Inciso XV do Art. 6º da Lei n. 14.133/2021, tendo por finalidade a manutenção da atividade administrativa, decorrente de necessidades permanentes ou prolongadas, o que justifica extrapolar o prazo ordinário de 01 exercício financeiro. Informa, ainda, que foi estimado o prazo de 24 meses para a duração contratual, tempo considerado razoável para a utilização dos créditos necessários para os mapeamentos de perfis objeto da contratação.

Assim instruídos, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica da SAOFC que, através do Parecer Jurídico nº 300/2023 ([1097600](#)), opinou pela adequação legal do Documento de Formalização de Demanda ([1089104](#)), da Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta - ICVEC ([1089505](#)), do Termo de Referência nº 6/2023 - COEDE ([1093829](#)); bem como pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, com fundamento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no art. 74, I, da Lei n. 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do termo de referência citado, diretamente com a empresa COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA, CNPJ n. 22.307.713/0001-35, que também comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública ([1089578](#) e [1094994](#)). Ao final, registrou a desnecessidade de publicação na imprensa oficial, considerando que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal e também em razão da divulgação dos principais atos e documentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e manifestou-se pela aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento, quais sejam: Documento de Oficialização da Demanda (evento [1089104](#)), Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação (evento [1089505](#)) e o Termo de Referência nº 6/2023 - COEDE (evento [1093829](#)); pela autorização da despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no inciso [VIII do art. 72](#) da Lei n. 14.133/2021; pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado ([1089505](#)); contratação direta da empresa COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA, CNPJ n. 22.307.713/0001-35, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, disponibilizados pela plataforma para o mapeamento DISC de perfil e cargos dos servidores, indicados no Termo de Referência, nos moldes da oferta proposta pela empresa ([1089486](#)), no valor de **R\$ 51.852,00**, pois configurada a situação da inviabilidade competitiva prevista no [art. 74, inciso I, da Lei. nº 14.133/2021](#); e divulgação do ato autorizativo e demais documentos necessários no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em consonância com o parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021, c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br, o qual automaticamente os divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em consonância com o [art. 94 da Lei. nº 14.133/2021](#) (Manifestação n. 551/2023-GABSAOFC - [1098733](#)).

Verifica-se que os autos foram devidamente instruídos.

A presente contratação foi elaborada pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n. 9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

Assim, por se tratar de pretensão da Administração a contratação de serviços técnicos profissionais que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, situação definida pela Nova Lei de Licitações e Contratos, caracterizada a inviabilidade competitiva prevista no **art. 74, I, da Lei n. 14.133/2021**.

Pelo que se vislumbra das informações que instruem o presente feito, há inviabilidade de competição para a contratação por **comprovação de exclusividade dos serviços** do objeto pretendido, visto que a proponente **COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA. é autora e única fornecedora no Brasil** do produto a ser contratado, conforme consta em Certidão de Exclusividade apresentada aos autos ([1094730](#)).

Ademais, conforme registrado pela COEDE no item 13 do Termo de Referência nº 6/2023 ([1093829](#)), a forma a forma de seleção por inexigibilidade se dá em virtude da comprovação da exclusividade na prestação dos serviços. Nessa linha, verifica-se que inexitem alternativas viáveis à contratação do serviço à plataforma para o mapeamento DISC de perfil e cargos dos servidores. Assim, tratando-se de serviço prestado em caráter de exclusividade, resta demonstrada a inviabilidade competitiva que caracteriza a inexigibilidade de licitação regradada pelo **art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**.

Além disso, verifica-se o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; e **b)** a justificativa do preço (**art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021**).

Quanto à **escolha do fornecedor**, já foi apontado no item 18 do parecer jurídico, constata-se que o serviço só pode ser prestado exclusivamente pela empresa COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA. Assim, demonstrada a adequação entre a demanda da Administração e a oferta do proponente, como no caso em exame, o requisito está cumprido.

A **justificativa do preço está demonstrada de forma satisfatória** pelas razões expostas na Informação Conclusiva sobre o valor estimado ([1089505](#)), documento anexo ao Termo de Referência n. 6/2023-COEDE ([1093829](#)), esclarecendo a exclusividade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Não obstante, estão presentes os documentos obrigatórios da fase de planejamento das contratações diretas, a saber: a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação da Contratação ([1089104](#)); b) Estimativa da Despesa ([1089505](#)); e c) Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo ([1093829](#)). A AJSAOFC concluiu pela adequação legal de todos esses documentos ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

Observa-se que a demanda está prevista no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO, conforme evento [0903526](#), segundo justificado pela COEDE no item 2 do TR.

Registra-se, ainda, que a minuta de contrato ([1096388](#)) foi aprovada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, cumprindo assim o disposto no § 4º do artigo 53 da Lei n. 14.133/2021.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018, autorizo a inexigibilidade reconhecida pela SAOFC, na forma do **inciso I do art. 74 da Lei n. 14.133/2021**, e

1 - Aprovo o Termo de Referência n. 6/2023-COEDE ([1093829](#)), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2020 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva do evento [1089505](#), em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 57/2023) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

3 - Autorizo a despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021;

4 - Adjudico o objeto à empresa COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA, CNPJ n. 22.307.713/0001-35, e autorizo a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 51.852,00 (cinquenta e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais); e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5 - determino divulgação do ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando expresso constante no art. 72, parágrafo único e art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade do processamento do feito, com emissão de nota de empenho.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 19/12/2023, às 13:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1100545** e o código CRC **5DF71649**.